

GESTÃO DAS ÁGUAS: CRISE HÍDRICA E GESTÃO PARTICIPATIVA EM TANGARÁ DA SERRA

Data de aceite: 01/09/2023

Fabiana Almagro de Lima Ribeiro

Aluna do Programa de Pós-graduação
Mestrado Profágua- Universidade
Estadual do Mato Grosso. Linha de
pesquisa: planejamento e gestão de
recursos hídricos. Tangará da Serra, Mato
Grosso, Brasil.

Luiz Alberto Esteves Scaloppe

Docente no Programa de Pós-graduação
Mestrado Profágua- Universidade
Estadual do Mato Grosso. Cuiabá, Mato
Grosso, Brasil.

RESUMO: A importância do estudo da forma como a gestão pública, em específico ao município de Tangará da Serra, exerce sua governança, como vem atuando, planejando, gerindo a água e a participação/ interação social nesse processo de gestão vem de encontro com a preocupação geral que se tem quanto a questão da crise hídrica, com a garantia de segurança hídrica pretendida e defendida como direito constitucional, pois essa gestão reflete no abastecimento de água urbano da população tangaraense. Uma boa gestão é realizada quando se atende a demanda da sociedade, quando se faz valer a cobrança,

a outorga pelo uso da água, a observância por uma gestão participativa e que alcance toda a cidade de forma eficaz e eficiente através de acesso a água tratada e a serviço de esgotamento sanitário, o que vem de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 6. Uma gestão só se torna eficaz e eficiente quando se é exercida de forma participativa, ouvindo os anseios da sociedade e permitindo seu envolvimento no processo de gestão do recurso. Através de uma revisão bibliográfica nota-se que os desafios serão muitos para a obtenção de uma gestão eficaz e eficiente da água, porém essa gestão se torna mais fácil caso haja o envolvimento, a integração e interação da sociedade no processo gestor, pois ouvindo-se os anseios, utilizando-se técnicas apropriadas de estudo e transformando os consumidores em agentes transformadores, gestores, é possível atingir a eficácia no servir, usar e recarregar o manancial do recurso hídrico sem sobrecarregar o sistema de água.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão das águas. Gestão participativa. Gestão hídrica em Tangará da Serra.

ABSTRACT: The importance of studying how public management, specifically in the

municipality of Tangará da Serra, exercises its governance, how it has been acting, planning, managing water and social participation/interaction in this management process is in line with the general concern about the issue of the water crisis, with the guarantee of water security intended and defended as a constitutional right, as this management reflects on the urban water supply of the Tangaraense population. Good management is carried out when society's demand is met, when the collection, the grant for the use of water, the observance of participatory management and that reaches the entire city in an effective and efficient way through access to treated water. and at the service of sanitary sewage, which meets the Sustainable Development Goals, SDG 6. Management only becomes effective and efficient when it is carried out in a participatory way, listening to society's desires and allowing its involvement in the management process of the resource. Through a bibliographic review, it is noted that the challenges will be many to obtain an effective and efficient management of water, but this management becomes easier if there is the involvement, integration and interaction of society in the management process, because listening to it. If the desires are met, using appropriate study techniques and transforming consumers into transforming agents, managers, it is possible to achieve efficiency in serving, using and recharging the source of water resources without overloading the water system.

KEYWORDS: Water management. Participative management. Water management in Tangará da Serra

INTRODUÇÃO

Este texto é um roteiro de pesquisa, destinada a elaboração de dissertação de mestrado, no programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (Prof^Água), patrocinado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que foi apresentado no seu V Seminário Nacional, em Brasília realizado entre 12 16 de junho de 2023 com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O propósito é oferecer, como contribuição a comunidade, uma análise da situação e formação de Relatório de Gestão do Município de Tangará da Serra.

A importância de fundo de pesquisas como esta, sempre deve ter em conta, de princípio, que água é um bem de extrema importância, de valor imensurável, responsável por manter os ciclos biológicos, geológicos e químicos e estabelecer o equilíbrio ecossistêmico da Terra, essencial ao desempenho de qualquer atividade humana. É responsável pelo desenvolvimento da civilização em sociedade, presente na atividade agrícola, industrial e comercial.

A verdadeira governança das águas é promovida quando se é capaz de discutir, debater e propagar o tema da política de recursos hídricos em suas esferas de atuação, seja ela nacional, estadual ou municipal, comitês de bacia e conselhos, com o devido comprometimento e interação de todos os interessados possibilitando um planejamento embasado em mecanismos legais, técnicos e viáveis, permitindo que a política gestora de água tenha estabilidade, seja efetiva e eficaz.

O abastecimento de água urbano deve ser capaz de suprir os anseios da sociedade usuária, tanto em qualidade, quanto em quantidade, para isso deve-se ater a companhia responsável pelo serviço de fornecimento de água juntamente com o município, comitê de bacia, órgãos públicos responsáveis pelo zelo com o meio ambiente e a sociedade usuária medidas que visem preservar o recurso hídrico dentro da bacia coletora de água. Seja através de ações que minimizem o desperdício de água pela tubulação de água durante a distribuição, investimentos em mecanismos modernos na captação e tratamento de efluentes, na educação social pelo consumo consciente e na preservação de nascentes as quais são responsáveis pela recarga do manancial, entre outras ações de cunho ambiental.

A bruta realidade ambiental urbana reflete diretamente no grau de possibilidades de participação política, pois as carências mencionadas influem diretamente para a ausência da valoração dos entes governamentais e da contribuição do saber local às decisões administrativas e econômicas. (SCALOPPE, 2019, p.117)

O Estado e o município, enquanto gestor de água na cidade tem o dever e responsabilidade quanto ao planejamento executivo e financeiro com a obrigação de garantir o uso, qualidade, quantidade, primando pelo saneamento básico do município e a conservação do recurso hídrico.

Ao se gerir a utilização da água deve se atentar pela observância a Lei das Águas, Lei 9.433/97, a qual instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH, conjunto de órgãos e colegiados que concebe e implementa a Política Nacional das Águas, e que, como essência, prima em priorizar a gestão dos usos da água de forma democrática e participativa. Vale destacar ainda que, como objetivo da SINGREH deve-se assegurar água para a atual e futuras gerações por meio de uma gestão descentralizada, integrada e participativa.

Democracia participativa é a única forma de realização- dentro dos quadros de institucionalidade- mudanças substanciais em nossas sociedades, radicais, as únicas aptas a alterar os rumos da política, substituindo as velhas estruturas, desde sempre a serviço da exclusão, por instrumentos modernos de participação. (AMARAL, 2001, p.52 apud DIAS, 2010, p. 169).

El estudio sobre la implementación de la política pública de recursos hídricos, a través de la gestión descentralizada y participativa, merece un análisis preciso desde el punto de vista legal, institucional y político, ya que trae consecuencias en las diversas esferas de poder, considerando que Brasil es una Federación que involucra tres niveles de Gobierno (federal, estadual/ distrital y municipal), todos con autonomía política, financiera, administrativa y legislativa. (OGATA, 2013)

Para que se tenha uma garantia na segurança hídrica, através de uma governança e gestão eficaz e eficiente da água, além do comprometimento municipal, faz-se necessário a observância de alguns princípios indicados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sendo eles: coerência das políticas e coordenação

entre os setores, capacitação para o desempenho das atribuições, dados e informações consistentes, uso eficiente dos recursos financeiros, normativas eficazes, práticas inovadoras de governança, integridade e transparência nas ações, comprometimento das partes interessadas, compromisso entre usuários da água (urbano, rural), monitoramento e avaliação, atribuições e responsabilidades definidas.

Discutir a governança, é tratar da capacidade financeira e administrativa que um governo possui em gerir através da interação e inserção dos atores sociais que compõem a sociedade. Atinge seu ápice de atuação a partir do momento que pauta suas ações visando a efetividade através da eficácia e eficiência, pois o estado da água está ligado diretamente a forma como é governada. Então, discutir a governança é o reconhecimento de que existe um processo político na gestão das águas e é fundamental que seja reconhecido, acompanhado e monitorado (LIMA, 2019/ENCOB).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é realizada através de estudo do exercício da gestão dada ao meio ambiente e ao recurso hídrico, referindo-se mais especificamente a política de Estado adotada e aplicada pelo município de Tangará da Serra, com uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa da governança exercida pela gestão municipal referente a questões hídricas baseada em pesquisas bibliográficas, publicações científicas, instruções normativas e legais, pesquisas documentais referentes ao tema e boas práticas aplicadas em outras localidades que se assemelham com a realidade local.

CONCLUSÃO

A pesquisa se encontra em processo de construção, com a realização de estudos bibliográficos, pesquisas científicas sobre o tema, captação de dados, informações documentais para possível discussão e análise da atividade gestora de água para, ao final,

A gestão dos recursos hídricos de uma determinada localidade deve estar baseada na forma mais sustentável possível, fazendo a interação das questões relativas aos anseios da sociedade local, a economia, a proteção e conservação dos recursos ambientais existentes, pois ambos deverão andar em equilíbrio. Para que haja esse equilíbrio vale ressaltar a importância entre a observância do binômio: demanda e disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica.

A prática de uma gestão participativa possibilita chegar à plenitude da administração municipal e assim contribuir positivamente com a gestão das águas, apresentando a defesa da atuação integrada dos órgãos envolvidos na gestão, como a Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento (SAMAE), Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH-Septuba), usuários e outras instituições públicas e privadas, bem como aos meios de comunicações e academia, para universalização e

distribuição sustentável dos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, (2001, p. 52) apud DIAS, Daniella Maria dos Santos. Democracia Urbana: é possível coadunar desenvolvimento sustentável e práticas democráticas nos espaços urbanos no Brasil? Curitiba: Juruá, 2010, p.169.

LIMA, A.J.R, ENCOB 2019

LIMA, et al. Gestão da crise hídrica 2016-2018 : experiências do Distrito Federal / Editado por Jorge Enoch Furquim Werneck Lima... [et al.] - Brasília, DF : Adasa : Caesb : Seagri : Emater, DF, 2018

OGATA, M.G. La Gestión Participativa del Agua en Brasil: Aspecto Legales, Institucionales y Politicos (1988 a 2008), Madri, 2013.

OECD. Disponível em <https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues/>, acesso em: 19 maio 2023.

SCALOPPE, L. A. E. Direito à cidade: economia, democracia e participação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p 113.